



Volume V – maio de 2009 - <http://www.revistaexagium.com>

## ***Como orientar-se no pensamento? – A esquizoanálise como filosofia da diferença e pensamento nômade.***

Marcio José de Araujo Costa<sup>1</sup>

Estamos há pouco mais de 40 anos dos eventos de maio de 1968, período este tão curto quanto intenso que deixou profundas marcas em nossa cultura e História. Este movimento traçou novos rumos para a ação política, para o comportamento, para o pensamento e talvez até mesmo para os nossos sonhos e desejos. Uma das frases que os estudantes parisienses pintavam nos muros era: “Sejamos realistas: tentemos o impossível!” Neste breve artigo tentaremos, inspirados pelas efemérides dos 40 anos do mês que marcou o mundo, no ano passado, falar de uma teoria forjada tendo por inspiração aquele movimento: a esquizoanálise.

A teoria e prática intitulada “esquizoanálise”, lançada por Deleuze e Guattari em 1972, na obra “O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia”, e desdobrada no segundo volume de “capitalismo e esquizofrenia” intitulado “Mil Platôs”, assim como em diversas outras obras de Deleuze e Guattari, tem por objetivo principal analisar os discursos e práticas de uma sociedade, para apontar, de um lado, as propostas revolucionárias, transformadoras e potencializadoras do coletivo e, de outro, os discursos e práticas fascistas e conservadoras que produzem fechamento e despotencialização.

---

<sup>1</sup> Professor de filosofia no Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes – RJ. Mestre e Doutorando em Psicologia Social pela UERJ. Bacharel e Especialista em Filosofia. Graduando em psicologia. Contato: [marciojcosta@bol.com.br](mailto:marciojcosta@bol.com.br).

Fazer tal análise do social implica táticas específicas. O inimigo que se almeja destruir é o fascismo, melhor dizendo, todas as formas de microfascismos cotidianos que nos fazem amar o poder, ficar do lado do poder<sup>2</sup>. A pergunta que anima a esquizoanálise é: por que desejamos o poder? Por que desejamos nossa própria subjugação?<sup>3</sup> Numa época como a nossa, em que o aparelho judiciário é cada vez mais solicitado, na qual o ressentimento e a sede de vingança estimulam nosso clamor para que o poder estatal controle cada vez mais nossas vidas - clamor esse diretamente proporcional à nossa falta de alternativas de pensamento, nossa própria impotência cidadã -, deixar-se atravessar por essa pergunta é tornar o pensamento de novo possível. E é justamente isso que nos interessa agora, indicar de que forma o pensamento pode nascer e como encontrar conceitos para compreender nossa maneira de pensar, isto é, descobrir as imagens de pensamento que nos sobrecodificam. Frente a tantos discursos e práticas, como encontrar um critério de avaliação que nos permita escolher um pensamento adequado à vida? Como orientar-se no turbilhão de discursos díspares que pululam na vitrine pós-moderna das idéias? Como encontrar os enunciados que promovam pequenas ilhas de liberdade no mercado das teorias prontas e dos pré-conceitos dominantes?

Frente a essas questões, nascidas do problema da necessidade de orientar-se no pensamento, usaremos o conceito deleuze-guattariano *máquina de guerra* para encontrar respostas possíveis, conectando-o a outros conceitos importantes da filosofia de Deleuze e Guattari, pois, como eles mesmos afirmaram, não existe conceito simples, todo conceito é uma multiplicidade de limites imprecisos, remetendo sempre a outros conceitos.<sup>4</sup>

É comum dizermos, ainda que de forma velada, que o pensamento possui uma forma necessária e absoluta, lógica e universalmente válida, mediante a qual, por meio de conteúdos os mais diversos, conseguiríamos alcançar um conhecimento verdadeiro. Este postulado anima o pensamento Ocidental há alguns séculos, pelo menos desde Aristóteles. Quando afirmamos, do alto de nossa certeza racional, que o psicótico delira e que a forma correta de pensar é a neurótica, forma em que o pensamento segue uma linha lógica e gramaticalmente

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, M. Anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista. In: Escobar, C. H. (org.) *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991.

<sup>3</sup> Deleuze e Guattari explicam-se. In: DELEUZE, G. *A ilha deserta: e outros textos*. São Paulo, Iluminuras, 2006, p. 277-292; DELEUZE, G & GUATARI, F. Entrevista sobre o Anti-Édipo. Em: *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 23-36.

<sup>4</sup> DELEUZE, G. & GUATTARI, F. O que é a Filosofia? São Paulo: Ed. 34, 1992, p. 27-29.

correta, estamos, subrepticamente, reafirmando esse axioma filosófico pouco problematizado. Mais do que por conteúdos, estamos reafirmando que o pensamento se caracteriza, antes de tudo, pelas suas características formais; que existe um modelo do que seja pensar, uma forma verdadeira do pensamento. Tal forma invalida todas as demais e se arvora em juíza para julgá-las.

A forma deste tipo de pensamento, o seu modelo, se origina na forma Estado. O Estado é, para nós, o modelo de organização por excelência, tornando-se o próprio modelo do que significa pensar. Como todo modelo, é estático, servindo como critério para toda construção mental. Segundo Deleuze e Guattari, a forma Estado possui duas cabeças: o mito e o discurso racional. Estas cabeças remetem aos dois pólos da soberania: de um lado, um Império do pensar verdadeiro, a verdade como o Sol, que funda toda pretensão à verdade; de outro, o diálogo de todos os seres racionais, que, em seus embates e discussões, são capazes de aceder à verdade. De um lado, um Império que funda a verdade; de outro, uma república de espíritos livres capazes de encontrar essa verdade, um república cujo príncipe seria a própria Verdade<sup>5</sup>.

Essa distinção de formas políticas que se complementam constitui uma imagem que recobre o nosso pensamento. Costumamos acreditar, com efeito, que idéias como o consenso ou a discussão são maneiras pelas quais, na disputa verbal, usando todos da razão e não da violência, encontraríamos nosso potencial intrínseco de descobrir a verdade presente em nós mesmos. Existiria uma verdade e esta evidência seria demonstrada pela própria idéia de Verdade, pois, ao negar que a verdade existe, ainda sim teríamos a pretensão de que tal afirmação fosse verdadeira. É como o argumento de Sto. Agostinho: se eu erro ou me engano, e sei que me engano ou erro, é porque tenho em mim uma idéia, ainda que vaga, de que existe uma verdade que está em mim e me julga, que me alerta sobre o que posso, ou não, saber, sobre os erros e acertos do meu pensar<sup>6</sup>.

Acabamos, com isso, por fundamentar a própria soberania política. Esta idéia, de matriz platônica, anima todo empreendimento de fundamentação ou mesmo fundação racional da soberania política, de Estado. Porém, antes de Platão, segundo afirmam etnólogos e historiadores, essa forma-Estado no pensamento, essa imagem do pensamento, tem dois

---

<sup>5</sup> DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v.5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997, p. 43-50.

<sup>6</sup> AGOSTINHO, Santo *A Verdadeira Religião*. São Paulo: Paulus, 2002. p. 77-85.

representantes originários: o imperador, deus ou representante do deus, e os sacerdotes ou escribas, que interpretam os sinais da natureza para nos dizer que tudo significa Deus<sup>7</sup>. Trata-se do mecanismo da interpretação dos sacerdotes, esboço do pensamento dialógico ou racional, e da fundação da verdade por um déspota, que diz o que é a verdade. Mito e logos, portanto; fundação e fundamentação; ereção do significante despótico e interpretação de todos os significantes que se sintetizam no significante central e fundador.

Deste modo, numa soberania, elege-se sempre o novo sacerdote, aquele que nos desvelará o significado do todo, o que encontra o modelo de funcionamento da sociedade, dando-nos a possibilidade de nos orientarmos no pensamento, na vida e na política. Durante a Cristandade, esse intérprete era a santa madre Igreja. Nos séculos XVIII e XIX, esse sábio foi o filósofo, aquele que por meio de uma análise de nosso conhecimento pode nos indicar o procedimento correto para pensar. No final do século XIX e início do XX, foi o sociólogo que desempenhou esse papel. No século XX, de certa maneira, o psicanalista fez-se novo sacerdote, o que tem a chave para o desejo e o inscreve à Lei.

Deleuze chama esse modelo de pensar de imagem do pensamento. Ela é uma imagem moral, metafísica, ortodoxa e racional. É um pensamento hierárquico e hierarquizador, criando degraus para o conhecimento absoluto. Por isso, é um pensamento representativo, isto é, tem do próprio conceito de pensar uma imagem que seria o representante por excelência daquilo de que deveríamos nos aproximar<sup>8</sup>. Todavia, Deleuze enxerga uma outra forma de pensar, um pensamento sem modelo ou imagem, um pensar como processo, como afetação, como construção. Este pensamento sem imagem seria, por outro lado, ético, ontológico, pluralista e trágico. Mas como se encontra esse pensamento sem imagem? Como podemos nos subtrair ao Estado que nos impõe suas formas corretas de pensar e agir e seus representantes da Lei e da Ordem, seus policiais intelectuais?

O que efetivamente permite que se ligue a Lei ou Verdade à república de espíritos livres é uma violência insidiosa e molecular, toda uma produção descontínua, fragmentária e afetiva, que ata milhares de pensamentos descontínuos à forma da verdade. A Lei do

---

<sup>7</sup> CLASTRES, P. Mitos e ritos dos índios da América da Sul. In: *Arqueologia da violência: ensaio de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982; DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. s/l.: Edições Assirio & Alvim, s/d, cap. 3.

<sup>8</sup> DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988; p. 215-274.

verdadeiro não se fez sem batalhas, sem uma apropriação desse nível molecular por uma idéia molar. Porém a produção molecular no pensamento, afetiva e afectiva, é independente do recobrimento molar, representativo e estatal que se possa fazer dela<sup>9</sup>. Essa usina fervilhante de pensamentos nos indica o que seria o pensamento sem imagem. O pensador desse tipo é o nômade ou o pensador privado. Ele se opõe ao pensador de Estado, o professor público, o pedagogo do pensamento, o sacerdote funcionário do poder estatal. Chamamo-lo de pensador privado não porque ele seria um burguês fechado em seu quarto com suas elucubrações íntimas. O pensador privado é, acima de tudo, um pensador do fora. Pensar o fora implica não se fechar a uma forma de interioridade. A interioridade é produzida em nós pela imagem do pensamento, pela forma Estatal que interiorizamos. O fora é a conquista dos nômades, o deserto ou a estepe. O nômade cria não um aparelho de Estado, mas um máquina de guerra contra o aparelho de Estado.

Quando falamos de máquina de guerra, no entanto, não sugerimos que a guerra seja a finalidade. A guerra não é o objetivo; o objetivo seria liberar o pensamento de todas as potências ou poderes que oprimem o pensamento, que o impedem de se exercer e querem impor uma maneira única e correta de pensar. A máquina de guerra faz o pensamento nascer. Não pensamos em virtude de uma faculdade do sujeito. O pensamento não é natural, mas nasce em virtude de um encontro, surge de encontros. Por isso, o pensar é um afecto, uma afecção; nasce de um encontro e de um choque que nos força a pensar. As faculdades nascem de encontros, e não dizem respeito a uma unidade, mas a uma diversidade fundamental. A imaginação, o entendimento, a memória, a linguagem etc. não são naturais, mas produzidas em função de encontros. Conectam-se não na interioridade de um “eu penso”, mas na violência que cada faculdade, ao se elevar ao máximo do que pode, comunica a uma outra faculdade. Conseguir comunicar-se é uma vitória nascida do esforço de se fazer entender por uma outra diferença. A semelhança é um produto de uma luta, uma construção, nascida de uma multiplicidade diferencial fundamental. Não são os semelhantes que diferem, mas sim as *diferenças que se assemelham*.<sup>10</sup> Uma faculdade não nasce pronta, ela se produz no esforço da criação.

---

<sup>9</sup> DELEUZE, G. Desejo e Prazer. In: *Cadernos de subjetividade*, Especial Gilles Deleuze, jun/1996 (p.13-25).

<sup>10</sup> DELEUZE, G. Platão e o simulacro. In: *Lógica do Sentido*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 259-271.

Todo pensamento, por mais solitário que seja, já é uma multiplicidade, dado que nasce da pluralidade que constitui o real. O próprio real não possui uma unidade em si mesmo, mas é uma pluralidade que se ordena nos próprios encontros, a depender das forças que dão direção aos objetos parciais que preenchem a vida. A interpretação, na máquina de guerra do pensamento, não se reduz a uma análise dos significantes que significam a Lei como ordenação transcendente de tudo, mas decorre dos usos e apropriações dos mesmos, das forças que subjagam as idéias e valores para dar sentido à vida. A Máquina de guerra como processo de pensamento é *pluralista a avaliativa*. Pluralista porque tem muitas perspectivas, tão diferenciais quanto as expressões possíveis de vida; avaliativa porque avalia o sentido dos valores. Por isso, podemos dizer que um pensamento máquina de guerra é funcional, funcionalista. Não se preocupa com os significados das coisas, já que não há nada atrás das mesmas, como uma verdade única a ser encontrada. Não se preocupa também com a definição, pois uma definição é apenas uma força hegemônica que deu nome a uma coisa em uma determinada época<sup>11</sup>. A máquina de guerra cognitiva se preocupa com o funcionamento. Como funciona isso? Com que peças? Conectada com o que? Produzindo o que? São estes os problemas de uma máquina de guerra. Não se perguntar pelo *que é*, mas pelo *como*.

Em virtude deste caráter pluralista, a máquina de guerra também não se fia num modelo de homem ou humanidade. O modelo de homem ou humanidade provém do aparelho de Estado e do pensamento que lhe é correlato. O Estado sempre propõe e promove um tipo de raça ideal, um indivíduo a ser buscado, um povo a ser trabalhado. A máquina de guerra também tem um povo, um coletivo, uma população, mas este povo sempre falta<sup>12</sup>. O povo que cria a máquina de guerra é sempre um povo oprimido. Assim como o pensamento só nasce de encontros, da violência do acaso, a máquina de guerra é criação de um povo oprimido pelo acaso das lutas históricas. Por isso a máquina de guerra não é um modelo, mas um devir, um devir-minoritário. Todo devir é minoritário, pois sai ou foge de uma forma, um modelo<sup>13</sup>. O modelo é, como dissemos, uma forma molar que recobre a produção molecular. Logo, não é por meio de um modelo de homem, ou de uma raça dominante, que pensamos, mas invocando

---

<sup>11</sup> NIETZSCHE, F. Sobre verdade de mentira no sentido extra-moral. In: *Idem. Obra incompletas*. Vol. 1 – 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 29-38; NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>12</sup> DELEUZE, G. Controle e Devir (entrevista a Toni Negri) Em: *Conversações*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 209 - 218.

<sup>13</sup> DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 4. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997, p.. 87-90.

um povo por vir e nos filiando a um devir minoritário presente em cada coletivo. Esta raça minoritária, impura, é bastarda e mestiça em virtude da dominação que sofre por parte de algum poder, que lhe impõem um modelo. É nesse nível que a máquina de guerra promove a guerra, ainda que não seja necessariamente violenta, contra o aparelho de Estado.

Neste sentido, podemos encontrar os tipos personológicos ou personagens conceituais que dizem respeito a cada uma das formas de pensar. O personagem que a forma Estado impõe é, de um lado, o sacerdote ou escriba, aquele que sabe a lei e nos a impõe, e o seu correlato, o indivíduo disciplinado e docilizado, o sujeito uno e sintético, com seu senso comum e bom senso, capaz de referir tudo a si, pois em si habita o Todo, o Imperador, o significante despótico, a Lei internalizada, a Verdade única - Kant, Platão, Lacan. Por outro lado, o personagem conceitual da forma de pensamento máquina de guerra, que é um pensamento sem imagem, é o nômade, o pensador privado, o experimentador, o coletivo, mesmo quando se está absolutamente só, nunca fechado na forma do eu, mas sim um revolucionário que busca criar formas de pensar e viver que possam simular o desejo e o pensamento nascidos dos percursos que se trilha - Nietzsche, Heráclito, Artaud. Quando Deleuze e Guattari falam do esquizofrênico, é preciso entender tal termo como a descrição de um personagem conceitual<sup>14</sup>. Trata-se do esquizo, ou esquizo-revolucionário, que promove uma máquina de guerra analítica e política a implodir toda rede teórico-comercial – como dizia Foucault a respeito da psicanálise<sup>15</sup>.

Os personagens conceituais remetem a um problema: os tipos de formas de vida. Nietzsche, em “Genealogia da moral”, ao falar dos personagens nobres e escravos, também remetia ao mesmo problema: os modos de vida. Talvez seja este, por sinal, o problema fundamental inerente a muitas questões de diversas filosofias, condicionando suas soluções, a tal ponto que Kant chegou a afirmar que a questão central, que sintetizava todas as outras em sua filosofia, era: o que é o homem?

A forma de vida presente nos sacerdotes ou escribas remete a uma forma de vida de tipo paranóico. Paranóia, aqui, não é pensável como uma patologia, como se existisse uma forma normal de ser; a própria noção de normal ou normalidade é do tipo estatal, pois é um conceito problemático, uma idéia metafísica. A paranóia, para a esquizoanálise, é um modo de

---

<sup>14</sup> DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. s/l.: Edições Assirio & Alvim, s/d; DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O que é a Filosofia?* São Paulo: Ed. 34, 1992, p. 81-109.

vida em que se quer controlar a todo custo o devir, a mudança, a transformação. Frente ao imprevisto da vida, com seus jogos de força e inversão de valores, se deseja fixar o real, que é produção incessante de desejo ou formas de vida, a uma de suas expressões possíveis. Congelar o real é o que deseja o modo de vida paranóico, pois teme-se que o novo possa despedaçá-lo. Por outro lado, o modo de vida esquizo-revolucionário remete a um desejo pelo novo, a um devir minoritário, a um desejo pela criação. Criar quer o tipo revolucionário e que o real se diferencie cada vez mais; liberar a vida deseja o seu devir-minoritário. Existe, contudo, também um microfascismo presente nesse tipo, quando se vai rápido demais, desmanchando tudo, dissolvendo formas de vida estratificadas que são suportes mínimos para o desejo. Quando se dissolve tudo sem que nada se crie, corre-se o risco de cair numa linha de pura abolição e morte<sup>16</sup>. O nazismo não é propriamente um desejo de conservação (este seria a paranóia ou totalitarismo), mas um desejo de morte que quer abolir tudo, uma linha revolucionária de puro vazio, um desejo maníaco pela destruição para criar tudo do nada. Os microfascismos, neste sentido, só produzem ainda mais endurecimento nos modos de vida, permitindo que os estratos paranóicos se cristalizem ainda mais à nossa volta, fechando o espaço para outros modos de vida mais potentes que querem se esboçar.

Em vista disso, podemos pensar sobre que critério temos para escolher entre esses dois tipos de modos de vida, com suas respectivas formas de pensar. Será que com esse pensamento pluralista não se recairia numa relativismo de tipo pós-moderno, onde tudo é nada e nada é tudo, um niilismo tosco, uma epistemologia frouxa e um pragmatismo cego? Deleuze não é um filósofo pós-moderno nem a esquizoanálise navega nessa onda vazia de crítica e de atitude política, de mera fragmentação teórica. Existe nele um critério, que é tanto físico-ontológico quanto estético-lógico, bem como ético-político. O critério para discernir os tipos de pensamento, permitindo avaliar os tipos de modos de vida subjacentes, permitindo-nos uma escolha, é um critério extra-moral. A moral consiste nas expressões criadas em períodos e lugares para promover um tipo de vida dominante. Infelizmente, nem sempre o tipo de vida que se impõe é necessariamente o melhor, o mais potente, o que faz a vida crescer por multiplicação e diferenciação. Como já dizia Nietzsche, muitas vezes temos de proteger os fortes contra os fracos, pois o forte não é o que tem o poder, mas o que se afirma,

---

<sup>15</sup> FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martis Fontes, 2002, p.14

<sup>16</sup> DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996, p. 111-115.

que tem mais potência de agir e pensar. O critério extra-moral é justamente esse: que tipo de pensamento fortalece a vida? O único critério que permite avaliar os modos de vida, sem que ele mesmo seja avaliado por nada, é a própria vida<sup>17</sup>. A vida que quer sempre mais vida, crescimento, multiplicação e diferenciação. Um pensamento e modo de vida que nos enfraqueça, que destile a falta, o ressentimento, a culpa, deve ser descartado. Devemos, pois, privilegiar em nosso pensamento, como disse Foucault a respeito da esquizoanálise, os conceitos de alegria, produção, vida, conexão e não os conceitos negativos que tanto marcam o pensamento Ocidental, fortemente moldado pela forma Estado, tais como a Lei, a falta, o negativo etc.<sup>18</sup>. Encontrar um pensamento afirmativo e alegre, malgrado todos os adversários que nos querem fracos, tristes e abatidos, é fazer do pensamento uma arma política, uma inspiração para a prática, e fazer da práxis um intensificador para o pensamento.

#### **Referências bibliográficas:**

AGOSTINHO, Santo *A Verdadeira Religião*. São Paulo: Paulus, 2002.

CLASTRES, P. Mitos e ritos dos índios da América da Sul. In: *Arqueologia da violência: ensaio de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982

FOUCAULT, M. Anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista. In: Escobar, C. H. (org.) *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martis Fontes, 2002.

DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G. Controle e Devir (entrevista a Toni Negri) Em: *Conversações*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 209 - 218.

DELEUZE, G. Desejo e Prazer. In: *Cadernos de subjetividade*, Especial Gilles Deleuze, jun/1996 (p.13-25).

DELEUZE, G. Platão e o simulacro. In: *Lógica do Sentido*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

---

<sup>17</sup> Cf. NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. cap. 1, § 32-34 (p. 37-40).

<sup>18</sup> FOUCAULT, M. Anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista. In: Escobar, C. H. (org.) *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. s/l.: Edições Assirio & Alvim, s/d.

DELEUZE, G & GUATARI, F. Entrevista sobre o Anti-Édipo. Em: DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O que é a Filosofia?* São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v.1 - 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, 1996, 1997.

DELEUZE, G & GUATARI, F. Deleuze e Guattari explicam-se. In: DELEUZE, G. *A ilha deserta: e outros textos*. São Paulo, Iluminuras, 2006.

NIETZSCHE, F. Sobre verdade de mentira no sentido extra-moral. In: *Idem. Obra incompletas*. Vol. 1 – 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Cf. NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.